

Saída da crise em forma 'K' ampliará desigualdade

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

A recuperação das bolsas de valores globais em contraste com a destruição de empregos e rendimentos em todo o mundo sugere que o aumento da desigualdade poderá ser uma das principais heranças da pandemia do coronavírus. Nas especulações sobre o formato de saída da crise, em “V” (queda e recuperação) ou “L” (queda e estagnação), entre outros, o que vem se impondo é o “K”: os mais ricos e companhias maiores ganhando e os trabalhadores e empresas menores empobrecendo, abrindo a distância entre os dois grupos. Isso ocorre sobretudo por dois movimentos contrários: 1) o isolamento social atingiu em cheio o setor de serviços, repleto de vagas precárias e salários baixos; e 2) a avalanche de dinheiro barato dos bancos centrais têm chegado com mais facilidade às grandes empresas e provocado a rápida revalorização de ativos como ações. Segundo o Banco Mundial, 70% do emprego nos países em desenvolvimento são informais; e em um terço dessas economias, 4 em cada 10 trabalhadores cairiam imediatamente na pobreza se deixassem de trabalhar. Mas o aumento da distância entre pobres e ricos na recuperação não se limitará às pessoas. Ele deve se dar também entre países. Com mais poder de fogo para financiar pacotes de ajuda a empresas e consumidores, as economias avançadas aumentarão a distância relativa sobre os países mais pobres, sobretudo daqueles muito endividados. A desvalorização das moedas dos emergentes deve aprofundar esse efeito, limitando a importação de tecnologia para elevar a produtividade futura. Nesse cenário, o Brasil pode ser particularmente afetado. Além de ter a maior dívida pública como proporção do Produto Interno Bruto entre os grandes emergentes, o Brasil tem dois terços das vagas de trabalho no setor de serviços, a maior parte delas informais. Só entre janeiro e março —com apenas 1/6 do período afetado pelo isolamento social—, a metade mais pobre do país perdeu 6,3% de sua renda do trabalho na comparação com o último trimestre de 2019, segundo a FGV Social. Em contrapartida, os 10% no topo ganharam 0,8% a mais. Os efeitos do isolamento em abril e maio foram ainda mais devastadores para os serviços, o que terá aprofundado a desigualdade de rendimentos. Ao contrário dos informais, os trabalhadores com carteira (que ganham 40% mais do que os sem registro) tiveram um pouco de proteção no programa do governo que permitiu a redução de jornada e salário ou a suspensão temporária de contratos, que incluiu 10 milhões de trabalhadores. Para os informais, restou a ajuda de R\$ 600 por três meses, que pode ser estendida por um pouco mais de tempo, mas com valor menor diante da falta de espaço fiscal do Tesouro. Resultado da deterioração do mercado de trabalho e do crescimento anêmico que já vinha antes da crise, o Brasil poderá ficar atrás de 89% dos países de uma lista de 192 na recuperação econômica pós Covid-19, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da FGV. Os informais que não puderam trabalhar durante o isolamento e os mais pobres, que consomem boa parte da renda com alimentação, também estão sendo penalizados pela inflação. Neste ano, os preços dos alimentos acumulam alta de 3,7% até maio, com os produtos da cesta básica subindo acima do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). No Brasil e no exterior, os pacotes bilionários de ajuda a empresas também devem aprofundar a desigualdade, pois estão chegando com mais rapidez e em maiores quantias aos negócios que já dispõem de melhores condições. Nos Estados Unidos, o Comitê Conjunto de Tributação do Congresso estima que 82% das companhias que serão beneficiadas por isenções tributárias no Cares Act, o plano de combate aos efeitos do coronavírus, faturam mais de US\$ 1 milhão anuais. Ao todo, elas ganharão incentivos de US\$ 195 bilhões em dez anos. Na contramão, apenas 5% das empresas beneficiadas faturam menos de US\$ 200 mil, embora elas existam em número maior do que as grandes. Graças à ajuda sem precedentes de US\$ 3 trilhões em benefícios fiscais e dinheiro novo a consumidores e empresas, os preços de algumas ações em Nova York não só recuperaram os níveis pré pandemia como foram além, sobretudo na área de tecnologia. Combinados ao aumento de liquidez sem precedentes em vários países, os juros pagos pelos

bancos centrais encontram-se em níveis historicamente baixos —incluindo o Brasil, que acaba de reduzir a Selic a 2,25% ao ano. Os investidores mais ricos, que normalmente carregam portfólios mais diversificados, como ações, vêm se beneficiando indiretamente da fuga do dinheiro do mercado de renda fixa e juros baixos para aplicações de risco —o que explica a recuperação das bolsas. Essa enorme liquidez também tem levado gigantes como a Amazon a tomar bilhões de dólares no mercado de títulos corporativos pagando os menores juros já registrados. Para as médias e pequenas empresas, o mercado tem se tornado até mais restritivo. O aumento da desigualdade nos EUA deve ocorrer também pela via do mercado de trabalho. Antes da pandemia, o país ostentava desemprego de apenas 3,5%, o que começava a gerar ganhos salariais para os trabalhadores na metade mais pobre da população. Havia ainda diminuição nas taxas de desocupação entre brancos e negros e estreitamento da diferença salarial entre os dois grupos —de um terço atualmente. Após o tombo histórico de abril por conta da pandemia, a economia americana criou 2,5 milhões de vagas em maio, e o desemprego cedeu de 14,7% para 13,3%. Os rendimentos, porém, não acompanharam a recuperação; e o desemprego entre os negros, ao contrário, subiu 0,1 ponto, para 16,8%. Na Europa, onde a desigualdade interna nos países é relativamente menor do que nos EUA e na China, a pandemia deve aprofundar as diferenças salariais entre empregados formais e informais e entre os que puderam trabalhar em casa e os que não tiveram essa chance. Regionalmente, alguns países como Espanha, Itália e Grécia, com maior dependência no setor de turismo, também devem ser mais afetados. As diferenças entre o norte e o sul da Europa devem se aprofundar, reforçando os efeitos deletérios da crise financeira da década passada, que resultou em menor espaço fiscal para os países mais endividados (e menos ricos) socorrem suas economias agora. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico estima que até o final de 2021 o mundo terá visto a maior perda de renda dos últimos cem anos, com a exceção dos dois períodos de guerra mundiais. Para aliviar os efeitos desse empobrecimento, o órgão propõe que os países mantenham ativos programas de ajuda a trabalhadores e empresas. Mas a tendência é que eles sejam maiores e mais duradouros justamente nos países que já são mais ricos hoje. O aumento da desigualdade e os efeitos a longo prazo da crise devem ser particularmente severos sobre os mais pobres, especialmente na África e na América Latina. As Nações Unidas preveem que a pandemia jogará cerca de 420 milhões de pessoas de volta à extrema pobreza em todo o mundo, aumentando ainda de 135 milhões para 265 milhões o total de habitantes no planeta que voltarão a sofrer períodos de fome crônica. Se isso se confirmar, será um retrocesso imenso em uma tendência positiva que ganhou tração nos anos 1980, quando o total de miseráveis no mundo passou a encolher consistentemente de 43% da população para cerca de 10% até antes da pandemia. No período, a melhora ocorreu na esteira do aumento da globalização, hoje também posta em xeque por líderes populistas em várias partes do mundo.